

-----**ATA NÚMERO 34/2020**-----

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM TRINTA DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE.-----

-----Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, estando presentes a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis e os Vereadores: Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Bruno Ferreira Martins, Paula Freitas Menezes, Nadina Cristina Gonçalves Pereira Mota, Dina Maria Gouveia Freitas Letra e Rúben Dinarte Silva Abreu, a fim de ser discutido e analisado o seguintes pontos: “Proposta de Orçamento para 2021”; “Proposta de Grandes Opções do Plano para 2021” e “Proposta do Mapa de Pessoal para 2021”. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão – Loja do Município.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada, por maioria, com votos contra do PSD.-----

---Seguiu-se de imediato a discussão e votação dos referidos documentos:-----

1 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021: -

O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, procedeu à apresentação dos documentos referenciados em título.-----

---“A proposta de Orçamento para o ano de dois mil e vinte um totaliza o valor de € 104.080.116 (cento e quatro milhões, oitenta mil, cento e dezasseis euros) repartido por receitas correntes € 72.432.969 (setenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e sessenta e nove euros) correspondendo a 70% do orçamento e receitas de capital € 31.647.147 (trinta e um milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e sete euros) representando 30% do orçamento. Quanto à despesa, estão previstas despesas correntes € 67.546.374 (sessenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e setenta e quatro euros) correspondendo a 64% do orçamento e despesas de capital € 36.533.742 (trinta e seis milhões, quinhentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e dois euros) representando 36% do orçamento. Estes números refletem um equilíbrio orçamental, observando-se uma poupança corrente de € 4.900.000 (quatro milhões e novecentos mil euros), calculado pelo diferencial entre a receita corrente e a despesa corrente, que será direcionada para investimento municipal e o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental de € 7.000 (sete mil euros), preconizada no Regime Financeiro das Autarquias, uma vez que a receita corrente é

superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de Médio e Longo Prazo que representam € 4.880.000 (quatro milhões oitocentos e oitenta mil euros). Mais de metade da receita provém dos Impostos Diretos, representando € 28.000.000 (vinte e oito milhões de euros) (27%) e da Venda de Bens e Serviços Correntes em € 21.700.000 (vinte e um milhões e setecentos mil euros)(21%), do total do orçamento, ao nível dos Impostos Diretos salienta-se um ligeiro aumento do IMI em 0,165 milhões de euros (1%), o decréscimo pouco expressivo do IMT em nove mil euros (-0,1%) e o ligeiro aumento de IUC em 2%, relativo ao imposto pago pelos proprietários de veículos em função do custo ambiental e viário. A Venda de Bens e Serviços Correntes, tem grande representatividade ao nível das receitas do Município, apresenta um decréscimo de menos 6,3 milhões de euros (-11,7%), que resulta essencialmente da água, resíduos sólidos e saneamento e uma perda de menos 4,6 milhões de euros, na venda de resíduos para reciclagem, menos 0,9 milhões de euros e nas rendas de mercados e outras menos 1,3 milhões de euros. A totalidade das transferências ascende a € 28.900.000 (vinte e oito milhões e novecentos mil euros), 28% do total da receita, sendo € 14.700.00 (catorze milhões e setecentos mil euros) de caráter corrente e € 14.100.000 (catorze milhões e cem mil euros) de capital. Saliente-se, relativamente a 2021 as transferências correntes, representam o valor de 14,7 milhões de euros (14%), com ligeiro aumento no FEF e na Participação de IRS e as transferências de capital,

representam uma redução de 7,5 milhões de euros (-53%) e tiveram na origem desta redução a execução dos investimentos comparticipados com estas verbas, bem como, pela conclusão de alguns investimentos estruturantes, uma vez que estamos no final do atual quadro de apoio comunitário, POSEUR com 4,7 milhões de euros, Madeira 14-20 com 1,4 milhões de euros e Turismo de Portugal 1,3 milhões de euros. Quanto à despesa, as rubricas com mais impacto na despesa são as Despesas com o Pessoal (37%), Aquisição de Bens e Serviços (20%) e Aquisição de Bens de Capital (28%). Na Despesa com o Pessoal, apresentam um aumento de € 1.700.000 (um milhão e setecentos mil euros), refletindo o esforço feito pela autarquia no sentido de reforçar vários sectores/unidades orgânicas através da admissão de novos trabalhadores no mapa de pessoal do Município bem como os trabalhadores da Frente Mar. A despesa prevista em Aquisição de Bens e Serviços, visa fazer face às despesas de funcionamento do Município, bem como a despesas inerentes ao exercício das competências próprias da autarquia. Note-se a redução de três milhões de euros face a 2020, devido sobretudo ao impacto financeiro que se fez sentir face à situação epidemiológica do coronavírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19 e ao esforço de racionalização da despesa por parte do Município, essencialmente, na aquisição de alguns bens e serviços. Destaca-se igualmente o valor destinado às transferências, num total de sete milhões de euros, repartidos por despesas correntes e de capital e que

apresentam um aumento de 0,2 milhões de euros face ao orçamento proposto para 2020. Estes montantes visam apoiar as atividades sem fins lucrativos com benefícios para o concelho do Funchal, mantendo o apoio às Juntas de Freguesias, dando continuidade à política de proximidade aos cidadãos e apoiar diretamente as famílias através do Fundo de Investimento Social, da aquisição de livros e manuais escolares para o ensino básico e do apoio ao ensino superior. No que diz respeito às Grandes Opções do Plano ascendem 43,4 milhões de euros sendo que o Plano Plurianual de Investimentos tem uma dotação de 29,5 milhões de euros e o Plano de Atividades Municipais 13,9 milhões de euros. Foi dada importância às questões sociais que absorvem mais de metade do orçamento destinado às GOP, incluindo-se a habitação social, os investimentos em infraestruturas de primeira necessidade como as de água e saneamento básico e na ação social sendo que funções gerais levam 29% do orçamento e funções económicas 13%.” Referiu ainda que “é um orçamento complexo, de fim de mandato, não sendo um orçamento que possa ter uma grande rutura em termos de políticas uma vez que as políticas sufragadas em 2017 tinham quatro anos de implantação e o que veio a alterar fortemente foi o contexto externo da COVID 19 que leva a que seja tida uma atenção especial ao apoio que deve ser dado às famílias, ao apoio que terá de ser dado às empresas na tentativa de manter postos de trabalho e que têm reflexos quer na despesa quer na receita porque as isenções têm reflexo

orçamentais na receita e ainda mantendo a lógica de investimento público, mantendo no terreno um conjunto de obras estruturantes que estão previstas e algumas delas plurianuais no Plano Plurianual de Investimentos.”-----

--- - Usando da palavra, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, questionou qual o impacto concreto da pandemia COVID-19 neste Orçamento. Continuando, questionou também, onde estava refletido a provisão da dívida dos cinco milhões de euros em que o município já foi condenado a pagar. Questionou ainda sobre a falta do orçamento da empresa Frente MarFunchal, que é uma empresa municipal e que nos termos da legislação devia estar em anexo. Por último, questionou onde consta a responsabilidade contingente para a assunção de funcionários da Frente Mar, caso seja dissolvida a empresa.-----

--- - Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal, Miguel Silva Gouveia, e sobre o impacto da pandemia, referiu que “é bem evidente no Orçamento, nomeadamente na quebra de receitas que aconteceram ao longo dos últimos seis meses deste ano e que quando aplicadas as médias provisionais acabam por ter um impacto muito evidente na diminuição das receitas, pelo menos em quatro milhões de euros. Em relação à Frente Mar, referiu que este orçamento está efetuado com a premissa de que a Frente Mar será internalizada, ou seja, no próximo ano as atividades da Frente Mar já estarão incluídas na estrutura da Câmara e será o próprio Município a assumir essa responsabilidade o que significa que

existirá uma despesa acrescida com os trabalhadores, mas também existirão outras atividades que irão garantir outras receitas, no entanto, de acordo com a legislação é necessário inscrever as médias dos últimos vinte e quatro meses, por exemplo, quanto às receitas dos parques de estacionamento municipais a que serão acrescidas outras atividades que garantem receitas, no entanto, no orçamento tem que ser utilizado aquilo que foi recebido e não uma projeção futura, não existindo grandes graus de liberdade em termos de orçamento municipal. Relativamente às provisões, estas são incluídas na Prestação de Contas do ponto de vista patrimonial e as regras são as mesmas, o que tem sido pago de água são as médias dos últimos vinte e quatro meses e que têm de estar vertidas no orçamento. As provisões, se o Tribunal obrigar a Câmara a pagar, este pagamento tem de ser feito, independentemente de existir ou não rubrica orçamental e no passado já aconteceu com outros processos, nomeadamente com processos de expropriações e de urbanismo em que a Câmara tem responsabilidades contingentes a pagar, no entanto, não é prática orçamental de colocar nesta rubrica das despesas as responsabilidades contingentes até que porque em sentido contrário, deveriam ser colocadas as receitas contingentes”.-----
--- Retomando a palavra, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, referiu que a diferença principal para esta provisão de cinco milhões de euros é que o Município já foi condenado decorrente de uma decisão transitada em julgado e embora exista

uma garantia dada pelos imóveis, deveria constar no Orçamento porque se trata de uma dívida que o Município terá que pagar futuramente não sendo a mesma responsabilidade contingente com os funcionários porque ainda não foi decidido, embora seja uma previsão do Município de internalizar as atividades e deveria constar esta previsão reservada em Orçamento, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que “no Orçamento, no que se refere às contingências, refere esse aspeto mas no que diz respeito às provisões só se inscreve o que é obrigatório pagar e neste momento, sobre o que referiu de trânsito em julgado de dar razão à ARM não é correto, o que está em causa é se o processo de execução fiscal é ou não correto mas a questão do tarifário em si, continua em julgamento e caso a Câmara perca terá de pagar, caso não perca não terá de pagar. Quando falamos na Prestação de Contas são incluídas as provisões de acordo com as probabilidades de ganhar ou perder agora em sede orçamental não existe uma rubrica para eventualidades porque estaríamos a bloquear recursos da Câmara para algo que poderá não acontecer. Ao contrário, será a situação dos trabalhadores da Frente Mar, neste momento, a Câmara aprovou uma proposta para a dissolução da empresa e existem todas as condições para que os trabalhadores possam estar aqui a 1 de janeiro a receber pela Câmara e receber pelas atividades que efetuam e se não estivesse contemplado esta situação não estaríamos a cumprir com as políticas da Câmara”.-----

--- - Intervindo a Vereadora Joana Silva, do PSD, e no sentido deste assunto, questionou se o Mapa de Pessoal hoje presente, já verte o aumento de funcionários para incluir os funcionários da Frente MarFunchal, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, informou que o mapa que inclui os trabalhadores da Frente Mar já fora aprovado em Assembleia Municipal em junho do corrente ano e este é sempre incremental em relação ao último mas sem alterações a este nível porque estes funcionários já haviam sido contemplados.-----

--- - Usando agora da palavra, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse que “a nossa primeira palavra é para com a equipa que elaborou o orçamento e todas os funcionários e pessoas da estrutura da Autarquia que também contribuíram para o mesmo”. Dirigindo-se ao Senhor Presidente disse “o seu trabalho e aquilo que apresenta não é você que o faz, será uma grande equipa que prepara e que se esforça e que está dias e provavelmente noites a preparar este documento importante e ficava-lhe bem Senhor Presidente esse reconhecimento e é já o seu sétimo Orçamento e ainda assim continua a ter dificuldades em reconhecer o trabalho da equipa que suporta as suas apresentações e mensagens públicas. Em segundo lugar, não deixamos de notar, que do alto do seu pedestal, não nos pediu nenhum comentário, nem sugestões, nem ideias, nem tentou auscultar os vereadores presentes para este Orçamento do próximo ano e apresentamos cerca de quatro dezenas de propostas a este orçamento e, infelizmente, acabam por

ser muitas das já apresentadas anteriormente o que só comprova, de forma inequívoca a inércia e a incapacidade de concretização deste executivo. São propostas que são relevantes para a cidade e que vão de encontro àquilo que os funchalenses também têm dito publicamente que necessitam, e a sua não concretização, ano após ano, mostra claramente que esta Autarquia está mais preocupada com a propaganda e com os seus próprios objetivos do que resolver os problemas da cidade. Em particular as propostas que são apresentadas são de várias tipologias, em **1º lugar**, a **Devolução de rendimentos às famílias** – Aumentar a devolução às famílias do IRS pelo Município do Funchal (para 4,0%); **Dinamização económica/estímulo ao investimento e emprego** **2.** Suprimir o imposto Derrama Municipal; **3.** Flexibilizar o Regulamento de Taxas Municipais para permitir reduções/isenções; **4.** Isentar 2h de estacionamento a clientes que comprovadamente comprem no comércio local/tradicional; **Reforço do compromisso social** – **5.** Instituir o Fundo Municipal de Solidariedade com os 1% do IRS que a Autarquia não devolveria; **6.** Recuperar habitações e áreas comuns degradadas da SocioHabitaFunchal, E.M.; **7.** Aumentar o parque habitacional social do município via nova construção uma vez que existe uma longa lista de espera para habitação; **8.** Lançar o Serviço de Apoio Domiciliário Municipal à população idosa; **9.** Rever o Subsídio Municipal ao Arrendamento; **Revitalização urbana** – **10.** Recuperar o património municipal edificado, em especial o histórico e cultural a começar pela Confeitaria Felisberta

que é propriedade do município e é um claro mau exemplo da capacidade de recuperabilidade imobiliária que este executivo tem realizado nos últimos anos; **11.** Instituir procedimento “via rápida” para o licenciamento de projetos urbanísticos; **12.** Delimitar novas ARU’s – Áreas de Reabilitação Urbana e promover o IFRRU, instrumento este que consideramos ser o mais correto promovido pelo Governo Regional procurando incentivo e não penalização **13.** Constituir uma Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. e chamar a si a responsabilidade de reabilitação e recuperação imobiliária; **Juventude** – **14.** Disponibilizar Bolsa de Terrenos para 1ª construção por jovens casais; **15.** Implementar programa de 1.º emprego para munícipes até 30 anos; **16.** Criar um programa de apoio financeiro ao arrendamento jovem, que promova a fixação de munícipes até os 35 anos e respetivas famílias no centro do Funchal; **Intervenções de proximidade nas freguesias** - **17.** Criar bolsas de estacionamento nas zonas altas da cidade, nomeadamente no Imaculado Coração de Maria, no Monte, em São Roque e em Santo António ou outras; **18.** Requalificar o centro da Freguesia de Santo António; **19.** Requalificar a Rotunda da Ponte e zona envolvente; **20.** Implementar o alargamento da Vereda do Corgo para acesso automóvel; **21.** Urgência em construir ligação à rede pública de saneamento básico para as habitações de Santa Quitéria, Preces, Três Paus e Viana; **22.** Implementar o alargamento da ponte da Rua da Praia Formosa; **23.** Criar espaço infantil nos Jardins do Lido (já aprovado em Reunião de Vereação);

24. Repavimentar as vias municipais Rua Conde Carvalhal e Estrada da Camacha; **26.** Consolidar as escarpas e taludes sobranceiros à Rua Conde Carvalhal; **27.** Criação de parque infantil público na freguesia de São Gonçalo; **28.** Executar a ampliação do Centro de Convívio de Santa Luzia; **29.** Implementar Rotunda automóvel na Freguesia do Imaculado Coração de Maria, no cruzamento da Rua do Til – Rua da Levada de Santa Luzia – Estrada dos Marmeleiros; **30.** Repavimentar a Rua Pedro José de Ornelas e a Rua Simplício dos Passos Gouveia; **Espaços públicos municipais** – **31.** Requalificar a promenade e Passeio Marítimo do Funchal; **32.** Requalificar a Praia do Gorgulho; **33.** Recuperar o pavimento original na Rua da Penha de França (junto à capela de Nossa Senhora da Penha de França); **34.** Requalificar os passeios na Avenida do Infante; **Animais domésticos de companhia** – **35.** Reforçar o apoio às instituições de proteção dos animais domésticos que operem no Funchal; **Gestão interna e eficiência de recursos** – **36.** Reconhecer materialmente o esforço de todos os funcionários da Autarquia que estiveram na linha da frente no combate à pandemia COVID-19; **37.** Reforçar as intervenções municipais de combate aos derrames de água e os meios do piquete de águas, para concretizar objetivo de redução de 10% das perdas em cada ano; **38.** Reforçar os meios humanos, materiais e mecânicos para acelerar a manutenção/recuperação de viaturas municipais avariadas; **39.** Orçamentar verba para uma Auditoria independente e plural à Frente MarFunchal, E.M. (aprovado em

Assembleia Municipal); **40.** Encetar as diligências necessárias para assegurar a continuidade da empresa Frente MarFunchal, E.M., salvaguardando assim todos os postos de trabalho, com os seus vencimentos, regalias e anos de serviço. Estas propostas como poderá deduzir estão totalmente em linha com aquilo que temos vindo a defender ao longo deste mandato. A grande maioria destas propostas já foi trazida a reunião de Câmara e foi, infelizmente, reprovada por este executivo e em função dos números que se afiguram no Orçamento haveria margem para as concretizar, se não todas, mas a sua grande maioria”. Continuando e relativamente ao documento do Orçamento, questionou e relativamente à introdução, “que bloqueios financeiros, institucionais e políticos é que antevê que existam? Gostaria que explicasse a toda a Vereação. Notamos também uma omissão curiosa no seu contexto macroeconómico, refere o mundo, a zona euro, a União Europeia, a economia portuguesa e depois omite por completo a economia regional e o esforço feito na região de combate à pandemia em 2020. Em terceiro lugar, existe uma aparente incongruência, nos pressupostos, no ponto 3, refere a redução dos níveis de endividamento, suposta consolidação da dívida, mas depois no ponto 9, já diz que vai promover o recurso ao crédito e acaba por ser pouco clara a estratégia até porque nos últimos factos anunciados de aumentos do endividamento da Autarquia o Senhor Presidente escusou-se a comentá-los à imprensa. Nesta mesma página, é omissos qual a percentagem da

participação prevista no IRS do ano de 2021, refere o valor que deverá ter com o incremento dos salários de 2019 para o ano de 2020, mas não existem as percentagens. Na página doze, quando refere os contactos de cooperação técnica e financeira, em que diz que é recorrentemente proposto ao Governo Regional o estabelecimento de acordos de cooperação e gostaria que nos dissesse a quantos acordos é que se candidatou nos últimos anos e para os quais não recebeu resposta até porque é falso o que diz este parágrafo que alegadamente, foi a recusa do Governo Regional coloca em risco um empréstimo estruturante para o país como para o funchal e isto é falso, e é a sua visão para esta matéria e porque é que coloca estas afirmações. Da leitura dos números, surge a conclusão de que há aqui uma suborçamentação de receitas porque explicou que é obrigado a seguir a média dos últimos vinte e quatro meses e que considerou nessa média o não recebimento das receitas das rendas, o facto é que não recebeu as rendas este ano, reduz a previsão, mas para o próximo ano, vai receber não só as rendas do próximo ano como também as moratórias e vai ter muito mais receita do que aqui está, no próximo ano. Por outro lado, referiu várias vezes, como um lamento, uma redução da receita e nas sete rubricas, só uma é que reduz, que é a venda de bens e serviços correntes cuja principal decomposição é a água e por vender menos também vai comprar menos e, portanto, reduz os custos efetivos e quanto muito é lamentável a água que perde e que não vai vender e a culpa é sua

por não combate firme às perdas de água e aos derrames”. Continuando, questionou “se, para 2021, a maior fonte de transferência a receber pela Autarquia ainda será do Governo Regional e neste contexto, questionou se será em 2021 que conseguirá que venha alguma verba dos seus amigos do Turismo de Portugal ou do Governo da República que tem sido orçamentado ano após ano e tarda em chegar”. Por fim, questionou na previsão do Senhor Presidente se a taxa de execução de 2021 será superior à última conhecida, lembrando que nas últimas contas conhecidas foi de 71% e ficou 29% do Orçamento por concretizar, sendo mais grave ainda a taxa de acesso ao nível do investimento que foi de apenas 37% e é das mais baixas das que há memória, voltando a questionar se a taxa de execução será superior.-----

--- - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, agradeceu a intervenção do Vereador que “foi muito elucidativa do trabalho que o PSD tem vindo a apresentar na Câmara, nomeadamente algumas propostas que têm vindo a ser apresentadas, algumas delas foram votadas favoravelmente pela Câmara, lembro a última relativa à causa animal, pelo que não foram todas reprovadas como referiu, mas não pude deixar de perceber nas suas palavras alguma personificação da sua intervenção na minha pessoa, se calhar, uma vez que é o último Orçamento do mandato, seria mais útil até à cidade, se em vez de estar a referir-se, quase que obsessivamente à minha pessoa, os meus amigos de Lisboa ou do Turismo de Portugal, que as

responsabilidades são minhas, personificadas no Presidente, que para si não significa nada, de incapacidade e incompetência, das promessas que eu fiz e que não cumpri, não fica bem estar a personificar, de facto como referiu e bem na sua intervenção estar a personificar numa única pessoa, um documento que é feito a muitas mãos e a muitas cabeças, portanto, vamos falar de ideias e do documento para a cidade. Segundo percebi, apresentou um conjunto de propostas e algumas delas acompanhamos claramente, é inequívoco o facto de procurarmos investir na reabilitação urbana, procurarmos fazer vias verdes para o IFFRU que não é um programa do Governo Regional, é um programa nacional onde o Funchal tem um desempenho bastante honroso, num terceiro lugar a nível nacional, só clarificar que as zonas altas do Imaculado Coração de Maria não são assim tão altas, mas reconheço que há aqui questões que nos unem e que pretendemos como as microcentralidades, as requalificações do centro da freguesia de Santo António, também de São Gonçalo é algo que pretendemos fazer e teremos oportunidade de poder, dentro deste orçamento ou noutros, discutir a sua implementação porque obviamente, se não conseguimos fazer foi que por um motivo ou outro tivemos algumas dificuldades pelo caminho que não se conseguiu levar a bom porto”. Continuando e relativamente às questões levantadas, referiu que relativamente à taxa de execução para 2021, “se em 2021 cá estivermos para ver a taxa de execução, será bom sinal, significa que em março de 2022, que é

quando se saberá a taxa de execução de 2021, estaremos por aqui, com saúde e ainda ao serviço do Funchal e espero bem que as taxas de execução sejam maiores e que se consiga ter no terreno, não só, do ponto de vista de obras lançadas, mas também porque as taxas de execução significam obras pagas e muitas vezes os ciclos de contratação pública não se processam ao ritmo que gostaríamos mas importante é fazer. Em relação ao bloqueio, refiro-me às questões tornadas públicas, nomeadamente bloqueios políticos na Assembleia Legislativa Regional no que diz respeito a legislar sobre uma receita que é do Município e que não está vertida neste orçamento, mas poderia estar vertida que é a participação no IVA e que já foi proposto por parte da Câmara a todos os grupos com representação na Assembleia Legislativa e por um voto foi reprovada essa deliberação quando todos os Municípios do continente já recebem a sua participação do IVA e que representaria para o Funchal, no próximo ano, cerca de € 650.000 (seiscentos e cinquenta mil euros) e que está de acordo com os mapas do orçamento de estado. Institucionais são também conhecidos os bloqueios que têm existido, nomeadamente na impossibilidade e numa menos feliz cooperação institucional, nomeadamente no processo da ETAR, que poderíamos ter os terrenos cedidos de forma gratuita e tivemos que avançar para uma expropriação ao Governo Regional que não é muito comum e ainda para mais, o Governo Regional não satisfeito com o valor atribuído pelos peritos em avaliação, recorreu para outras

instâncias o que demonstra que não há aqui uma vontade de resolver este problema. Bloqueios financeiros são mais do que evidentes e conhecidos a começar pelo IRS que não é pago e inclusive já foi ao Tribunal Constitucional que diz que não é o Ministério das Finanças que tem de pagar aos Municípios da Madeira e o antigo Presidente de Câmara e atual Presidente do Governo Regional chegou a dizer que se fosse preciso penhorava o carro do Ministro e não sendo o ministro ia buscar o dinheiro a quem o tivesse recebido e foi efetivamente reconhecido que foi recebido pelo Governo Regional. Está explicada a minha visão sobre os bloqueios e esta é a minha introdução inicial e esta é da minha responsabilidade e admito ter uma visão mais pessoal da gestão do município. Quanto ao restante do documento, sobre a redução do endividamento e o recurso ao crédito, é um facto, reduzimos o endividamento, por um lado e estamos, neste momento, com o valor mais baixo de dívida a fornecedores e fazemos investimento com recurso ao crédito e é assim que deve ser feito e que deveria ter sido feito no passado e não transformar dívida comercial em dívida financeira.”-----

--- - Intervindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse que não era necessariamente assim, pois se a dívida comercial tiver um custo maior que a dívida financeira, faz todo o sentido transformar a comercial em financeira.-----

---Retomando a palavra, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que “se se puder evitar ter dívida comercial é

de o fazer, porque normalmente as entidades estão a se financiar nos fornecedores e essa não é a via mais correta porque os fornecedores também têm salários para pagar e estruturas para pagar”. Continuando, reforçou a redução do endividamento e fazer o recurso ao crédito e a Câmara Municipal tem, neste momento, margem recorrer à banca em condições credíveis para poder ter acesso a financiamento como já foi feito no passado para habitação social, recentemente para a ETAR do Funchal, para os investimentos em redes de águas nas partes não cofinanciadas, para a reabilitação urbana, como aconteceu no Centro Interpretativo do Comboio do Monte. Relativamente à percentagem do IRS, informou que “o pacote fiscal será objeto de discussão em reunião de Câmara e que irá ser discutido separadamente do Orçamento porque os efeitos de qualquer alteração do pacote fiscal, nomeadamente no IRS, não terão efeitos no próximo ano, mas sim em 2022 e o objetivo é manter o pacote fiscal”. No que se refere aos acordos de cooperação com o Governo Regional referiu que “a Câmara tem vindo a pedir, nos últimos cinco anos, e enviou várias missivas a solicitar um conjunto de intervenções e obras estruturantes para que pudessem ser incluídas no Orçamento Regional uma dotação para que a Câmara do Funchal pudesse ter acesso a esse financiamento pela via da cooperação técnico financeira. No primeiro ano, depois do PAEF ter terminado e deixarem de vigorar as restrições, na altura, um conjunto de municípios viram vertidos esses acordos com rubricas

específicas e o que solicitamos foi que em sede orçamental, inscrevam também no PIDDAR estas obras, tendo existido o compromisso que o Funchal teria acesso a esses acordos, mas a realidade é que nunca aconteceu e como a ETAR nenhuma outra proposta foi considerada e todos os anos é enviada uma missiva à Vice-Presidência do Governo, mas nunca foi obtida qualquer resposta sobre a abertura para este tipo de contratos. Relativamente à suborçamentação, não há qualquer benefício da parte de quem gere a Autarquia da receita estar suborçamentada porque se pudesse orçamentá-la na sua totalidade, orçamentava, o que significa que podia colocar mais despesa alocada a estas receitas, mas quando referem que as moratórias e as rendas vão entrar no próximo ano, podem entrar ou não e podemos perder outras receitas, mas isso é a execução natural de um orçamento e podem haver menos receitas de IMI se forem dadas moratórias ou podemos a vir ter mais receitas de outra rubrica, mas nesta fase de acordo com as regras provisionais não se pode inscrever. Relativamente sobre as fontes de receita do Governo Regional, não percebo, se o Governo Regional é quem faz a transferência dos fundos comunitários isso não são fontes de financiamento do Governo Regional, mas sim, fontes de financiamento comunitário que são pagas via IDR ou via Governo Regional, mas quem efetivamente é a fonte do financiamento são os fundos comunitários e o que importa é que as verbas cheguem a quem tem as candidaturas e parece mais uma vez uma forma hábil de

colocar a questão de tentar dizer que o Governo Regional está a investir ou a transferir para a Câmara do Funchal, quando na verdade são fundos comunitários do Madeira 14-20, do POSEUR, do Fundo de Turismo que são amigos da Madeira e estão a financiar a obra do antigo Matadouro.”-----

--- - Intervindo a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, e relativamente ao Plano de Investimentos, realçou que quanto ao Planeamento de Segurança e Mobilidade o plano está integrado numa proposta do CDS/PP que é a legalização das casas de génese ilegal e esta foi uma proposta do CDS, aprovada em Assembleia Municipal, questionando quando pretendem a sua implementação e de que forma vão intervir ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que já estava em curso a sua implementação.-----

--- - Usando da palavra, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, e relativamente às palavras do Vereador Jorge sobre o reconhecimento da qualidade técnica das equipas que compõem o município, disse que “todo o Executivo e o Senhor Presidente, por diversas vezes, têm exaltado a qualidade das nossas Divisões e do trabalho produzido e queria deixar claro que estou solidário com todo o executivo e com o Presidente no reconhecimento do trabalho prestado. Sobre os resultados da reabilitação, são absolutamente visíveis e são totalmente claros. Somos a terceira cidade do país com mais projetos aprovados no âmbito do IFFRU e sabendo nós que somos a vigésima sétima cidade do país em dimensão e em

termos de população é extraordinário termos esta posição neste indicador e dizer que cerca de 40% dos projetos que têm dado entrada do ponto de vista do que são os licenciamentos da arquitetura e especialidade são de reabilitação o que significa que as políticas de reabilitação, a criação das ARU'S, dos incentivos e benefícios fiscais e da beneficiação do espaço público são resultados que são absolutamente claros e não permitem outra conclusão que não seja de que o Funchal está a trabalhar bem na reabilitação. Do ponto de vista da análise urbanística, da celeridade dos processos, nós estamos com os últimos dados do INE indicam uma eficiência acima dos 30% do que era há anos atrás, com menos técnicos porque só agora se começa a contratar e torna-se claro que se tem trabalhado bem do ponto de vista das metodologias de trabalho e dos procedimentos de trabalho e falo das duas porque são as que importam para tornar tudo melhor e não apenas alguns projetos e quando se fala de vias verdes, pendo que desde o homem mais humilde das zonas altas que viu a sua casa legalizada até ao promotor tem sempre uma linha de diálogo com a Câmara e há uma satisfação em relação à forma como se está a trabalhar e é o todo que importa, não são projetos particulares e prefiro falar não da via verde mas do Departamento de Ordenamento do Território no seu todo porque deve ser esse o nosso objetivo. Volto a dizer que estamos mais eficientes e ninguém que possa trabalhar na causa pública, seja na Câmara seja noutra sítio. pode dizer que está tudo bem, não se pode dizer isso, mas é

preciso reconhecer aquilo que tem vindo a ser feito”. Continuando e relativamente aos parquímetros, disse que “não se pode dizer que essa é há medida que vai trazer mais benefícios quando se sabe, por exemplo e são os estudos que o dizem, que o estacionamento gratuito e verificámos isso agora com a pandemia, não só não aumenta o comércio como causa maiores problemas na cidade, porque ficam estacionados por um longo tempo e impedem outras viaturas de poder estacionar rapidamente. Pode-se sugerir, mas não se o pode fazer sem uma base factual que seja, de repente uma base factual. Finalmente, é fundamental quando se fala das zonas altas e dos projetos de microcentralidades, falar do que tem sido feito pelas zonas altas, muitas vezes pensamos que um grande investimento é aquele que vai trazer maiores benefícios, mas muitas vezes são os pequenos gestos baseados na visão que se tem para a cidade e baseados na qualidade dos técnicos da Autarquia, e falando do artigo 97º, que permitiu mais de duzentas legalizações e um gesto tão simples, mas tão difícil de chegar até aqui e que permitiu que duzentas famílias vissem resolvido um enormíssimo problema que é o seu principal património e não ter uma base legal para poder ser vendido, ampliado, etc., e isto aconteceu com a inclusão de um artigo, bastante inovador, mas na sua génese, simples de compor e isso foi talvez mais importante para estas duzentas famílias do que qualquer enorme investimento que se pudesse ter e foi feito, mais uma vez, com um trabalho em equipa e quando se fala em duzentas legalizações, isto é muito prático e

objetivo. Antigamente fazia-se seis a dez por ano e neste ano e meio, fizeram-se duzentas. Não há nenhuma AUGI que vá permitir, algures neste país, alguma vez, este género de resultados e quem o diz é a Ordem dos Arquitetos. A Arquiteta Helena Roseta disse, perante o que estava a ver no artigo 97º e perante os seus resultados que achava que as AUGI's que é uma legislação para um conjunto de moradias de génese ilegal em sítios particulares e este artigo permite tudo e está objetivamente a legalizar duzentas moradias e sobre a legalização de casas de génese ilegal estamos conversados e não precisamos de fazer mais do foi feito, o que precisamos é de continuar a trabalhar para legalizar mais casas e nalguns casos criar soluções concretas e específicas para casos objetivos como são grandes prédios e o CDS tem vindo a falar de uma coisa que já tem vindo a ser aplicado na prática e isto é completamente objetivo e tudo o resto é politiquice e não é isto que se precisa no funchal e não é isso que os funchalenses esperam de nós".-----

--- - Intervindo a Vereadora Ana Cristina Santos, disse “eu respeito muito o seu trabalho como respeito o trabalho da Câmara, mas não aceito faltas de respeito à minha pessoa nem ao que eu acredito e a decisão de regularização das casas clandestinas não é uma decisão minha, foi uma proposta aprovada em Assembleia Municipal que é o órgão principal desta casa, portanto, muito bem e felicito o trabalho que tem vindo a desenvolver mas tal como disse e bem à pouco, sempre se pode fazer mais e melhor, pelo

contradiu aquilo que disse e continuou a considerar que uma legalização, uma regulamentação do que é a legalização das casas clandestinas poderá ainda ser melhor do que já está a fazer.-----

---Retomando a palavra, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, disse “nunca faltei ao respeito a alguém nesta casa e a si de certeza que não o fiz hoje, e depois dizer que se de facto o CDS é sério em falar de legalizações, em primeiro lugar, tem de perceber que isso já está a acontecer e está a acontecer objetivamente e não há nada nessa proposta que vá melhorar o procedimento encontrado que é bastante melhor do que esse e se quer falar seriamente de legalizações, só pode falar bem do que está a acontecer e do que foi incluído no PDM e deve perceber que essa proposta das AUGI’s não teria este resultado e deve perceber que há tanta coisa para fazer que devemos ser objetivos com os recursos que gerimos e não me parece aceitável gastar recursos numa proposta que é objetivamente pior e com piores resultados do que aquela que já está a ser implementada quando há tantas coisas para fazer.”-----

--- - Usando da palavra, o Vereador Rúben Abreu, da Confiança, prestou alguns esclarecimentos sobre o que foi dito sobre algumas obras no Funchal e sobre o que tem sido feito ao nível das redes de água. Continuando, referiu: “Em relação às obras e falando em contratos programa, que foram aqui mencionados posso aqui elencar um conjunto de obras em que já foram solicitados contratos programa, nomeadamente o centro de São Gonçalo, a

ETAR do Funchal, o percurso pedonal da Praia Formosa, várias novas acessibilidades foram alvo de solicitações de contrato programa, outras obras como o Gorgulho que a Câmara acabou por executar também foi alvo de contrato programa que nunca foi contabilizado e são obras que apesar de estarem solicitadas em contratos programa nunca a Câmara viu um cêntimo para a realização dessas obras e porque são obras necessárias que a cidade precisa, a Câmara avançou, dentro das suas possibilidades do orçamento municipal, com estas obras e dizer que não há nenhuma obra prevista ou solicitada para contrato programa só se for o Vereador Jorge que desconhece. Em relação às Águas do Funchal, os trabalhos na Câmara no combate às perdas de água que o Vereador Jorge diz que é pouco, a Câmara, neste último mandato, tem sido exemplar no combate às perdas de água, tanto com o projeto de controlo de fugas como com a nova entrada de recursos humanos que reforçou o combate às perdas e derrames e gostava de perguntar ao Senhor Vereador Jorge se está a par do investimento que tem feito a ARM, por exemplo, no combate às perdas de água e perceber qual foi a melhoria no combate às perdas de água nos municípios aderentes da ARM? Quer que lhe diga qual foi? Atualmente, zero! Compreendo e não estou a dizer que o investimento não tenha que ser feito só que são investimentos que levam o seu tempo a se refletirem a nível de menos perdas e a nível financeiro. Nos municípios aderentes da ARM, em 2018 e 2019, o aumento do consumo de água foi de 6% e

no Funchal foi de 1,5% e tanto a Câmara do Funchal como a ARM estão a fazer um esforço no combate às perdas de água, agora vir dizer que a Câmara nada faz e então esta Câmara, em particular, que tem feito um investimento brutal nesta área é uma falácia do Senhor Vereador.”-----

--- - Intervindo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que estas propostas já teriam sido discutidas em tempo oportuno.-----

--- - Intervindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse ter mais uma pergunta, nomeadamente “se é uma hipótese, desconheço por completo, mas na eventualidade do Orçamento para 2021 ser reprovado em Assembleia Municipal, se vai passar os dez meses até outubro do próximo ano a vitimizar-se publicamente de que não tem Orçamento, sabendo que é totalmente falso e não corresponde à verdade?”-----

--- - Em resposta, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse: “Agradeço essa questão mas vamos esperar que não se coloque essa possibilidade até porque para o ano seremos todos chamados a prestar contas perante a população, na verdade prestamos todos os anos mas será um ano eleitoral e não sabemos quantos de nós irão estar nas listas e até outubro vamos continuar a trabalhar e essa é a única garantia que lhe posso deixar. A vitimização é uma interpretação sua, Senhor Vereador Jorge, para mim e para a nossa equipa aquilo que nós fazemos sempre e que os funchalenses podem esperar de nós é trabalho. Gostaria antes

de terminar, pegando nas palavras do Vereador Jorge, de agradecer toda a equipa na elaboração deste Orçamento, não só a equipa do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial mas todos os dirigentes desta casa e todas as equipas que deram o seu contributo para a elaboração do Orçamento que é feito, como referi a muitas mãos e todos esperam o melhor para a cidade do Funchal, mas é natural que cada Departamento tenha sempre uma apetência especial para tentar ter mais recursos para a sua área e os orçamentos acabam sempre por ser documentos de compromisso e esse compromisso conseguiu-se estabelecer, internamente, porque as pessoas percebem que é um ano particularmente difícil e espero que se consiga também estabelecer em Assembleia Municipal, relevando o que é o interesse da cidade para primeiro plano, agradecendo a todos os que aqui vieram, numa tolerância de ponto da Câmara Municipal do Funchal”.-----
---Em seguida, o Presidente da Câmara, colocou à votação a **Proposta de Orçamento para dois mil e vinte um**, tendo sido aprovado, por maioria, com votos a favor da Confiança, votos contra do PSD e abstenção do CDS/PP, e submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trinta e três e alínea a) do número um do artigo vinte cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro e do disposto no número um do artigo quarenta e cinco da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. (Os referidos

documentos ficam, por fotocópia, arquivados em pasta própria).----

-----**Declaração de Voto do PSD**: Proferida pelo Vereador Jorge Miguel Fernandes, que disse: “Os Vereadores do PSD votaram contra esta Proposta de Orçamento porque foram obrigados a tal em virtude do próprio documento que é em muitas situações e em muitos temas, não só omissos como induz em erro e fomenta interpretações erróneas e erradas sobre a execução orçamental e financeira do próximo ano, mas acima de tudo, porque deste orçamento, apesar do incremento das diversas receitas, não resulta, por exemplo, numa maior devolução de impostos à Autarquia e este orçamento acaba por ser mais do mesmo e em muitas secções os parágrafos expostos são cópia *ipsis verbis*, exatamente igual aos anos anteriores e este orçamento comprova a incapacidade de execução deste executivo e do que vemos no orçamento não resulta como consequência direta uma melhoria da qualidade de vida dos funchalenses, portanto não são estas opções que irão ser tomadas pelo executivo, em concreto, quem lê este orçamento não resulta uma visão clara e concreta de solução de problemas concretos. A recolha do lixo vais ser mais eficiente? Não. Aumentará a taxa de reciclagem? Não. Prevemos pavimentos em melhor estado? Não. Prevemos mais zonas verdes? Não. A reabilitação urbana acelerará? Não. A mobilidade será mais rápida e célere? Não. Haverá mais estacionamento nas zonas altas, incluindo o Imaculado? Não. Os derrames são previstos que se reduzam significativamente? Não. Haverá mais habitação social de

forma relevante com conseqüente redução das listas de espera para a habitação digna? Não. Há uma redução da carga fiscal? Não. É deduzível deste documento que os meios de combate a incêndios e as redes de marcos de água estejam mais operacionais? Não. Teremos uma zona velha mais acessível, com mais jovens e famílias a viver? Não. Teremos um concretizar dos grandes investimentos? Não. Há uma série de variáveis que são aquilo que faz a diferença na vida dos munícipes que este orçamento não responde apesar da propaganda que aqui está escrita e a nossa única posição possível é votar contra.”-----

--- - Colocado à votação o documento **Grandes Opções do Plano para 2021**, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Confiança e abstenção do PSD e CDS/PP, aprovar as **Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte um**, no valor de € 29.456.010 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil e dez euros), aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trinta e três e alínea a) do número um do artigo vinte cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro e do disposto no número um do artigo quarenta e cinco da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. (O documento fica, por fotocópia, arquivado em pasta própria).-----

-----**Declaração de Voto do CDS/PP:** A Vereadora Ana Cristina Santos disse: “O CDS abstém-se na votação tanto do Orçamento

como das Grandes Opções do Plano deixando a sua posição sobre os mesmos para a Assembleia Municipal”.-----

----- **1.1 – Mapa de Pessoal para o ano de 2021**: - Foi colocada à discussão a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte um, que abaixo se transcreve, subscrita pelo Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia:-----

---“Considerando que: - O Mapa de Pessoal constitui um importante instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos, regulado pelo artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; - A proposta anual do Mapa de Pessoal, contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município do Funchal carece para a prossecução das suas atribuições, tendo em conta as atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver pelos serviços municipais, bem como os recursos financeiros disponíveis; - A presente proposta de Mapa de Pessoal contém 2.302 postos de trabalho, dos quais atualmente 1.672 se encontram ocupados por trabalhadores e dirigentes em exercício efetivo de funções na Câmara Municipal do Funchal e 91 estão afetos a trabalhadores vinculados ao Município, mas que se encontram a exercer funções dirigentes em regime de comissão de serviço, em mobilidade interna noutras entidades ou em cedência de interesse público nas empresas municipais; - A presente proposta de Mapa de Pessoal prevê também 539 postos de trabalho vagos, alguns dos quais poderão ser ocupados no próximo ano por

trabalhadores já detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, valorizando e adequando as suas competências às exigências funcionais dos novos postos de trabalho, ou por recurso a eventuais recrutamentos externos nas carreiras mais carenciadas e onde se verificaram as saídas mais significativas de trabalhadores nos últimos anos. Os postos de trabalho, segundo a tipologia de cargos ou carreiras e áreas de atividades, encontram-se distribuídos na seguinte forma: **Cargo ou carreira**: Dirigente - ***número de postos de trabalho previstos na proposta de Mapa de Pessoal para 2021*** = 61 - ***Percentagem de trabalhadores***: 2,65%; ***Número de postos de trabalhos previstos na 1ª alteração do Mapa de Pessoal para 2020*** = 61; **Cargo ou carreira**: Técnico Superior - ***Número de postos de trabalho previstos na proposta de Mapa de Pessoal para 2021*** = 350 - ***Percentagem de trabalhadores***: 15,20%; ***Número de postos de trabalho previstos na 1ª alteração do Mapa de Pessoal para 2020*** = 339; **Cargo ou carreira**: Assistente Técnico - ***Número de postos de trabalho previstos na proposta de Mapa de Pessoal para 2021*** = 380 - ***Percentagem de trabalhadores***: 16,50%; ***Número de postos de trabalho previstos na 1ª alteração do mapa de Pessoal para 2020*** = 379; **Cargo ou carreira**: Assistente Operacional - ***Número de postos de trabalho previstos na proposta de Mapa de Pessoal para 2021*** = 1.285 - ***Percentagem de trabalhadores***: 55,82%; ***Número de postos de trabalho previstos na 1ª alteração do Mapa de Pessoal para 2020*** =

1.266; **Cargo ou carreira:** Carreiras Subsistentes - **Número de postos de trabalho previstos na proposta de Mapa de Pessoal para 2021** = 15 - Percentagem de trabalhadores: 0,65%; **Número de postos de trabalhos previstos na 1ª alteração para 2020** = 28; **Cargo ou carreira:** Carreiras não revistas - **Número de postos de trabalho previstos na proposta de Mapa de Pessoal para 2021** = 193 - Percentagem de trabalhadores: 8,38%; **Número de postos de trabalho previstos na 1ª alteração do Mapa de Pessoal para 2020** = 193; **Cargo ou carreira:** Trabalhadores dos parques de estacionamento - **Número de postos de trabalho previstos na proposta de Mapa de Pessoal para 2021** = 18; - Percentagem de trabalhadores: 0,78%; **Número de postos de trabalho previstos na 1ª alteração do Mapa de Pessoal para 2020** = 18; TOTAL = **Número de postos de trabalho previstos na Proposta de Mapa de Pessoal para 2021:** 2.302; Percentagem de trabalhadores: 100%; **Número de postos de trabalho previstos na 1ª alteração do Mapa de Pessoal para 2020** = 2.284; **Posto de Trabalho** - Técnico Superior de Animação Cultural - Contrato a Termo Resolutivo - **Número de postos de trabalho criados** = 1; **Posto de Trabalho** - Técnico Superior de Arquitetura - Contrato a Termo Resolutivo - **Número de postos de trabalho criados** = 1; **Posto de Trabalho** - Técnico Superior de Comunicação Social - Contrato a Termo Resolutivo - **Número de postos de trabalho criados** = 1; **Posto de Trabalho** - Técnico Superior de Psicologia - Contrato a Termo Resolutivo - **Número de postos de trabalho**

criados = 2; Posto de Trabalho – Técnico Superior de Artes Plásticas e Design – Contrato a Termo Resolutivo - **Número de postos de trabalho criados = 1; Posto de Trabalho** – Técnico Superior de Nutricionismo e Gestão Alimentar – Contrato a Termo Resolutivo - **Número de postos de trabalho criados = 2; Posto de Trabalho** – Técnico Superior de História - **Número de postos de trabalho criados = 1; Posto de Trabalho** – Técnico Superior de Relações Internacionais - **Número de postos de trabalho criados = 1; Posto de Trabalho** – Técnico Superior de Artes Plásticas e Design - **Número de postos de trabalho criados = 1; Posto de Trabalho** – Técnico de Contabilidade - **Número de postos de trabalho criados = 1; Posto de Trabalho** – Encarregado Geral (águas e saneamento básico) - **Número de postos de trabalho criados = 2; Posto de Trabalho** – Encarregado (águas e saneamento básico) - **Número de postos de trabalho criados = 2; Posto de Trabalho** – Encarregado (complexos balneares) - **Número de postos de trabalho criados = 7; Posto de Trabalho** – Encarregado (parques de estacionamento) - **Número de postos de trabalho criados = 1; Posto de Trabalho** – Auxiliar de Serviços Gerais - **Número de postos de trabalho criados = 13; Posto de Trabalho** – Rececionista de Parques de Estacionamento - **Número de postos de trabalho criados = 1; Posto de Trabalho** – Socorrista - **Número de postos de trabalho criados = 3;** Propõe-se que a Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das

Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal do Funchal a aprovação, ao abrigo e nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Regime, conjugado com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do Mapa de Pessoal para o ano de 2021, em anexo”.

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com abstenção do CDS/PP, a proposta de deliberação atrás descrita, bem como o **Mapa de Pessoal** que se junta, por fotocópia, à presente ata como anexo (A), dela fazendo parte integrante.

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu por encerrada a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão – Loja do Múncipe, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 445/2020, publicada nos locais de estilo.